



PREFEITURA
CAPÃO BONITO DO SUL

OF. N° 57/2025-GAB

Capão Bonito do Sul, 08 de abril de 2025.

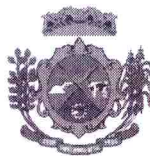
Assunto: DECISÃO ADMINISTRATIVA

Prezado Senhor.

Em face do pedido do Município de **MORMAÇO – RS**, foi instaurado procedimento administrativo visando verificar a viabilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços Consolidada n.º 6/2024, decorrente do Processo Administrativo Licitatório n.º 138/2023, Pregão Eletrônico n.º 02/2024, Edital de Pregão, na forma eletrônica, n.º 138/2023.

Foi realizada consulta à empresa **GUARACAR COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA**, que visa a aquisição de uma unidade do item 01 (Veículo tipo sedan, zero km), no entanto, a empresa manteve a **aceitação** do fornecimento decorrente da Adesão a Ata de Registro de Preço n.º 6/2024, para a aquisição do seguinte item.

Item	Descrição	Marca/ modelo	Fornecedor	Quantidade da adesão	Valor Unitário
01	VEICULO TIPO SEDAN, ZERO KM. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2024/2024 OU SUPERIOR, 04(QUATRO)PORTAS, CAPACIDADE PARA 05 OCUPANTES (INCLUINDO O MOTORISTA), MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 98CV, (RETIFICAÇÃO) MOVIDO A ETANOL E GASOLINA; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE, NO MÍNIMO, 05(CINCO) MARCHAS A FRENTE E 1(UMA) A RÉ, FREIOS ABS/EBD, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, COMPUTADOR DE BORDO, AR CONDICIONADO, AIRBAG (DUPLO FRONTAL), TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS E VIDRO ELÉTRICO AO MENOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALARME ANTIFURTO, PORTA	FIAT CRONOS DRIVE 1.3AT FLEX 4P 2024	GUARACAR COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	01 (UM)	106.900,00



PREFEITURA
CAPÃO BONITO DO SUL

	MALAS DE NO MINIMO 250 LITROS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO.				
--	-------------------------------------------------------------	--	--	--	--

Desta forma, na condição de Órgão Gerenciador, mediante solicitação de adesão, aceitação de fornecimento e demais documentos juntados aos autos, fica **AUTORIZADA** a aquisição e contratação do item 01(tabela acima), por Adesão à Ata de Registro de Preços Consolidada n.º 6/2024, decorrente do Processo Administrativo Licitatório n.º 138/2023, Pregão Eletrônico n.º 02/2024, Edital de Pregão, na forma eletrônica, n.º 02/2024, conforme Processo Administrativo n.º 138/2023.

É importante destacar que a aquisição e contratação decorrente da solicitação do Município de **MORMAÇO – RS**, não poderá exceder a quantidade e o valor registrado nos termos da Legislação Vigente.

Por fim, ressalto que seja observados o prazo de vigência da referida ata.

Atenciosamente,


MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA
Prefeita Municipal de Capão Bonito do Sul/RS

ILMO SR.
ALEXANDRE ANTONIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
MORMAÇO - RS



www.LeisMunicipais.com.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 11/2024 DE 18 DE ABRIL DE 2024.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Mormaço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

CONSIDERANDO a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e de contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos municípios, conforme art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, os serviços, as compras e as alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas na execução contratual as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, conforme art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e Contratos Administrativos, com vigência obrigatória em todo território nacional a partir de 1º de abril de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de o Poder Executivo Municipal editar regulamento acerca do sistema de registro de preços em conformidade com o disposto no art. 78, inciso IV e § 1º, e nos arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133/2021, DECRETA:

Art. 1º O registro de preços para serviços e compras da Administração Direta e Indireta do Município de Mormaço obedecerá as normas fixadas neste Decreto.

Art. 2º O procedimento de registro de preços será utilizado, quando conveniente, para materiais e gêneros de consumo frequente, que tenham significativa expressão em relação ao consumo total ou que devam ser adquiridos por diversos setores, bem como para os serviços, incluindo obras e serviços de engenharia habituais e necessários ou que possam ser prestados às diversas unidades, observado o disposto neste Decreto.

§ 1º As obras e serviços de engenharia só poderão ser contratados através do sistema de registro de preços se atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente do objeto a ser contratado.

§ 2º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado, na forma do art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme o Decreto Municipal nº 02/2024.

§ 3º Do edital de licitação para o registro de preços deverão constar, além de outras, as seguintes condições:

I - especificidades da licitação e de seu objeto;

II - quantidades mínimas e máximas, cotadas em unidades de bens, ou em unidades de medidas, conforme o caso;

III - possibilidade de prever preços diferentes:

- a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diversos;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- d) por outros motivos justificados no processo.

IV - possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, desde que previamente definida a quantidade mínima, obrigando - se nos limites dela;

V - critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto, este sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, que somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, devendo o edital indicar o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos;

VII - condições para alteração de preços registrados;

VIII - registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que a cotação seja em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

IX - hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 4º Excepcionalmente, é permitido o registro de preços sem referência ao total a ser adquirido, com indicação limitada a unidades de contratação, sendo obrigatória a indicação do valor máximo da despesa, restrito às seguintes hipóteses:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e não existir registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível;

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Art. 3º No âmbito do procedimento disciplinado por este Decreto, a adjudicação importa o registro, na ata, de todos os licitantes classificados que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor.

Art. 4º O sistema de registro de preços poderá ser utilizado nas modalidades pregão e concorrência, bem como nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação, quando:

I - houver inviabilidade de competição, na forma do art. 74, caput, e inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - o valor total estimado da contratação não superar os limites estabelecidos no art. 75, incisos I e II, conforme o caso, da Lei Federal nº 14.133/2021;

III - na hipótese prevista nas alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 5º O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantagem do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal nº 02/2024.

§ 1º O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com a disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.

§ 2º A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, sendo permitida a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Art. 6º A adesão à ata de registro de preços poderá ocorrer observados os seguintes requisitos:

I - às atas de registro de preços de órgãos ou entidades gerenciadoras federais, distrital, estaduais ou municipais;

II - mediante apresentação de justificativa acerca da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

III - demonstração de que os valores registrados na ata estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal nº 02/2024;

IV - realização de consulta prévia ao órgão ou a entidade gerenciadora, bem como ao fornecedor da ata de registro de preços, que deverão manifestar aceitação sobre o ato;

V - no caso de adesão a ata de registro de preços, as quantidades buscadas não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas em cada item do instrumento convocatório.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração ficará responsável pelo registro de preços para materiais e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.

§ 1º O preço registrado será utilizado, obrigatoriamente, por todas as unidades municipais.

§ 2º Excetuam-se do disposto no § 1º as aquisições ou prestações de serviços nos casos em que a utilização se revelar antieconômica.

§ 3º As propostas de compras ou as de contratações de serviços a serem processadas com base no § 2º serão justificadas e acompanhadas, conforme o caso, de pesquisas de preço efetuadas na forma do Decreto Municipal nº 02/2024;

Art. 8º A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, desde que devidamente motivada.

Art. 9º O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I - pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II - pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

§ 1º A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

§ 2º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

§ 3º A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

§ 4º Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação, o prazo previsto para a suspensão temporária da ata de registro de preços.

§ 5º Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.

§ 6º Da decisão que cancelar ou suspender a ata de registro cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 10 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 11 Caberá à Secretaria de Administração a prática de atos para rotina, controle e administração do registro de preços, inclusive no tocante à inviabilidade de ultrapassagem de quantidade máxima

registrada, preferencialmente em formato informatizado.

Art. 12 A utilização do preço registrado nos termos deste Decreto dependerá sempre de requisição fundamentada do órgão interessado, que solicitará ao Departamento de Finanças a contratação correspondente.

Art. 13 Quando um ou mais Departamentos tiverem interesse em registrar preços para compras, serviços ou obras, deverão solicitar, justificadamente, ao Setor de Compras a instauração do competente procedimento.

Parágrafo único. A solicitação de que trata este artigo deverá fazer-se acompanhar da adequada caracterização dos bens ou serviços pretendidos, seus padrões de qualidade, bem como de pesquisa de mercado entre fornecedores identificados.

Art. 14 O Setor de Compras publicará, na imprensa oficial do Município, para conhecimento público e orientação da Administração, os preços registrados, devendo constar na publicação, obrigatoriamente:

I - o objeto registrado;

II - o preço registrado;

III - o prazo de validade do registro.

§ 1º Sempre que houver alteração nos preços registrados, será publicada, na imprensa oficial do Município, informação acerca do objeto respectivo e do preço atualizado.

§ 2º A Administração poderá fazer constar na publicação que as informações indicadas neste artigo estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, com vistas à economicidade.

Art. 15 Fica revogado o Capítulo XVII do Decreto Municipal nº 02/2024.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mormaço, RS, 18 de abril de 2024.

RODRIGO JACOBY TRINDADE
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 05/06/2024



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

OFÍCIO Nº 069/2025

Mormaço, 04 de abril de 2025.

Ao Município de Capão Bonito do Sul

Assunto: Adesão como carona à Ata de Registro de Preços do Município de Capão Bonito do Sul.

Prezados(as),

Vimos, por meio deste, com fundamento no Decreto Federal nº 11.462/2023, solicitar que seja deferida a adesão do Município de Mormaço à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 002/2024, Processo Licitatório nº 138/2023, com vigência até 11/04/2025, referente ao item abaixo descrito:

Item	Descrição do Bem	Quant.	Marca	Modelo	Valor Total
02	VEÍCULO TIPO SEDAN, ZERO KM, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ANO/MODELO 2024/2024 OU SUPERIOR, 04 (QUATRO) PORTAS, CAPACIDADE PARA 05 OCUPANTES (INCLUINDO O MOTORISTA), MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 98CV, MOVIDO A ETANOL E GASOLINA; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE, NO MÍNIMO, 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 1 (UMA) À RÉ, FREIOS ABS/EBD, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, COMPUTADOR DE BORDO, AR CONDICIONADO, AIRBAG (DUPLO FRONTAL), TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS E VIDROS ELÉTRICOS AO MENOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALARME ANTIFURTO, PORTA-MALAS DE NO MÍNIMO 250 LITROS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO.	01	FIAT	CRONOS DRIVE 1.3 AT FLEX 4P	R\$ 106.900,00

Nestes termos, aguardamos o deferimento de nossa solicitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos votos de estima, apreço e consideração.

Respeitosamente,

ALEXANDRE
ANTONIO
VIEIRA:43742890
034

Assinado de forma
digital por ALEXANDRE
ANTONIO
VIEIRA:43742890034
Dados: 2025.04.04
15:35:32 -03'00'

Alexandre Antônio Vieira

Prefeito Municipal



E-Mail



Mais ▾

Mensagem 1 de 5707



Criar email

Caixa de entrada

Rascunhos (15)

Enviados

Spam (5)

Lixeira (6)

Re: Solicitação de análise de pedido de adesão dos municípios de Mormaço e Vila Flores

Osmar Consultor de Vendas Passo Fundo

Para: ▾

Hoje 08:37

Bom dia Luis,

Damos o parecer pelo Deferimento dos pedidos.

Desde já agradeço.

Att,

Em qua., 9 de abr. de 2025, 08:27, Setor de Compras e Licitações <compras@capaobonitodosul.rs.gov.br> escreveu:

Boa tarde, Prezado Osmar:

Em atenção a solicitação de Adesão a ARP 06/2024- Aquisição de Veículos, vinda do Municípios de Mormaço e Vila Flores - RS, solicito parecer referente a possibilidade de aceitação da sua Empresa, sendo que a quantidade solicitada seria, até o momento, de 01 veículo. Aguardo seu parecer para prosseguimento.

Att. Luís Henrique

--



Sua caixa está quase cheia! ✕



89% usado